



## ENSAIO SOBRE A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930 E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA MODERNA NO BRASIL: DA GÊNESE DA GEOGRAFIA À GEOGRAFIA CRÍTICA

Essay on the evolution of brazilian geographic thought after 1930 and the role of institutions in the development of modern geography in Brazil: from genesis of geography to critical geography

Ensayo sobre la evolución del pensamiento geográfico brasileño después de 1930 y el papel de las instituciones en el desarrollo de la geografía moderna en Brasil: del génesis de geografía a la geografía crítica

Helton Rogério da Rosa<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo objetiva trazer uma contribuição sobre a evolução do pensamento geográfico no Brasil entre o período que compreende os anos de 1930 a 1980, bem como, o papel das instituições no desenvolvimento da Geografia Moderna brasileira. Nascido a partir de questionamentos acerca de uma visão mais geral sobre o pensamento geográfico nacional e das instituições que perfazem a Geografia brasileira, o ensaio tem como principal meta servir como material básico sobre o tema aos iniciantes na Geografia. Para tanto, evidencia-se o fundamental papel de pesquisadores europeus na gênese da Geografia brasileira, das instituições universitárias e profissionais, bem como, a conjuntura econômica e social que permitiram ser forjadas as bases da Geografia no país.

**Palavras-chave:** Evolução do pensamento geográfico, Geografia Moderna, Geografia Regional, Instituições.

### ABSTRACT

This article aims to bring a contribution about the evolution of geographic thought in Brazil, as well as, the role of institutions in the development of Brazilian Modern Geography. Born from questions about a more general view of national geographic thought and of the institutions that compose the Brazilian Geography, the main objective of this article is to serve as basic material to beginners in Geography. Moreover, in this article, the fundamental role of European researchers in the genesis of Brazilian Geography, university and professional institutions is exalted, as well as the economic and social environment that allowed the foundations of Geography in the country to be forged.

**key words:** Evolution of Geographical Thought, Modern Geography, Regional Geography, Institutions.

### RESUMÉN

El ensayo tiene como objetivo aportar una contribución sobre la evolución del pensamiento geográfico en Brasil, así como el papel de las instituciones en el desarrollo de la Geografía Moderna brasileña. Nacido a partir de cuestionamientos acerca de una visión más general sobre el pensamiento geográfico nacional y de las instituciones que constituyen la Geografía brasileña, el ensayo tiene como principal meta servir como

<sup>1</sup> Doutorando do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciado e Mestre em Geografia. Bolsista Capes. Rua Roma, apto 194, Pagani, Palhoça, Santa Catarina, Brasil. Email: heltonrosa.geo@gmail.com

material básico sobre el tema a los iniciantes en la Geografía. Para ello, se evidencia el fundamental papel de investigadores europeos en la génesis de la Geografía brasileña, de las instituciones universitarias y profesionales, así como, la coyuntura económica y social que permitió forjarse las bases de la Geografía en el país.

**Palabras clave:** Evolución del pensamiento geográfico, Geografía Moderna, Geografía Regional, Instituciones.

## INTRODUÇÃO

Nunca é demais lembrar que, assim como pai da História, Heródoto é também o pai da Geografia. Como parte de um todo indissociável, essas áreas do saber andam juntas na composição analítica da realidade do Homem, enquanto indivíduo e como grupo, abrangendo um arcabouço de relações que visam dar conta das interações que o homem cria com seus pares e com o meio em que habita, equivale dizer, desenvolvimento das relações sociais e desenvolvimento das forças produtivas.

Como partes integrantes das chamadas Ciências Sociais, a História se ocupa em maior proporção, sua unidade de análise filosófica, portanto, da categoria Tempo, enquanto a Geografia centra-se no Espaço, mais precisamente, na organização espacial das sociedades<sup>2</sup>. Essa interdisciplinaridade, ou transversalidade como tornou-se moda chamar, mostra-nos que a dupla paternidade atribuída a Heródoto não é vã, mas dá-se pela inseparabilidade entre as escalas temporais e espaciais das organizações humanas, posto que não existem nem sociedades a-temporais e nem a-espaciais, todas podem ser temporalmente e espacialmente localizadas.

Foi com o florescimento do Positivismo comtiano como paradigma científico que, assim como outras ciências, História e Geografia foram apartadas e passaram a representar áreas específicas do saber humano. Profundamente influenciada pelo contexto social contemporâneo à época, a saber, desenvolvimento do capitalismo europeu pós-Revolução industrial (séc. XVIII), a lógica totalizadora vigente até então passa a ser substituída pelo discurso especialista marcadamente ancorado na atomização do conhecimento, reflexo da divisão social do trabalho que, como afirma Pereira (2005), vai também repercutir no plano filosófico e científico.

É sob essa base filosófica e da especialização do trabalho que a moderna Geografia se desenvolveu como ramo autônomo do conhecimento humano buscando formular princípios gerais autárquicos, movimento que subvencionaria os alicerces do pensamento geográfico contemporâneo. Essa moderna Geografia, evolução do que aqui se irá chamar de uma Geografia clássica grega, é aquela que busca à aplicação de novas técnicas e descobertas científicas visando enriquecer o conhecimento, métodos e conceitos elaborados por especialistas que a antecederam.

<sup>2</sup> É interessante rememorar a celebre colocação de Elisée Reclus (apud ANDRADE, 2004) ao afirmar que “a geografia é a história do espaço enquanto a história é a geografia do tempo”.

Em sua base teórica essa nova forma de fazer geografia foi alicerçada pelas importantes contribuições de Alexander Von Humboldt (1769 – 1859), botânico de formação e afeito a viagens de campo, considerou a determinação do meio natural – clima, solo, relevo – sobre as formações vegetais, e de Karl Ritter (1779 – 1859), filósofo e naturalista que, preocupado com olhar holístico dos fenômenos, buscava a individualidade de cada região natural.

Humboldt não fez escola, considerado o último dos grandes sábios que se ocuparam de todos os campos da ciência geral, não ocupou cadeira acadêmica, ao contrário, Ritter foi um insigne professor universitário, entre seus principais discípulos destaca-se a figura de Elisée Reclus (1830 – 1905). Ambos são, reconhecidamente, considerados pais da chamada Geografia Moderna (MAMIGONIAN, 2011; PEREIRA, 2009).

É, portanto, na conturbada realidade alemã como base socioespacial de experimentação e em vias de unificação, vale destacar, ensaiada desde a união aduaneira Zollverein (1834), que essa nova Geografia, agora ao abrigo do status científico positivista e fortemente ligada ao Estado, desenvolveu-se buscando diferenciar-se daquela velha Geografia contemplativa, flagrantemente baseada na descrição passiva das paisagens naturais<sup>3</sup>.

De grande utilidade a ideologia burguesa nascente<sup>4</sup>, uma vez que era necessário construir laços sociais que legitimassem a consolidação do Estado-Nação sob a liderança de uma modernização conservadora, a via prussiana como chamou Lenin (1980), essa moderna Geografia notabiliza-se por introduzir o homem nas análises geográficas, mérito atribuído a Friedrich Ratzel (1844 – 1904) e sua Antropogeografia<sup>5</sup> (MACHADO, 2012).

Marcadamente ancorado numa abordagem do tipo ecológica (BERNARDES, 1982a), influência direta que sofreu do contato com os estudos de Charles Darwin (1802 – 1882) sobre o evolucionismo<sup>6</sup>, Ratzel lançou as bases da Geografia Humana que, embora sempre na ótica das relações entre homem e meio, destacava a influência vertical que este gerava na organização humana, daí ser ele um dos pilares do determinismo geográfico (BERNARDES, 1982a). Nesse postulado, com ênfase a valorização do dogmatismo determinista, o meio seria capaz de justificar o êxito ou insucesso das organizações sociais.

<sup>3</sup> Ressalta-se aqui que não interessa ao presente ensaio a discussão sobre as gêneses da Geografia cabendo, para os fins que pretendemos, a conceituação utilizada por Andrade (1989) distinguindo a Nova Geografia, sinônimo da Geografia científica ou Moderna, e a velha Geografia Contemplativa/Descritiva, a saber, presente desde os relatos gregos e viajantes naturalistas sobre a descrição dos lugares.

<sup>4</sup> Segundo Antônio Carlos Robert Moraes, “a plena superação da fragmentação feudal e da legitimidade dinástica implicava a construção simbólica de novos laços de coesão social legitimadores da forma estatal de dominação política. O discurso geográfico moderno foi gerado naqueles países onde esse processo necessitou de uma forte dose de indução, onde tal constructo é posterior ou caminha junto com a própria consolidação do Estado nacional.” (MORAES, 1991, p. 166).

<sup>5</sup> Ratzel, o pioneiro formulador de uma geografia especialmente dedicada aos problemas humanos, propõe a sua antropogeografia como um complemento à física social de Augusto Comte (MORAES, 1991, p. 174. Nota de final de texto).

<sup>6</sup> Conforme aponta Bernardes (1982a), Ratzel foi discípulo de Ernst Haeckel (1834 – 1919), entusiasta do evolucionismo, foi formulador do termo “Ecologia” dando origem a este novo campo da ciência (1864).

Outra flagrante aplicação do biologismo darwinista que, como posto, marcou fortemente a abordagem geográfica ratzeliana, compunha suas análises dedicadas a Política, pois, ao comparar o Estado a um organismo vivo, que nasce, cresce e necessita se desenvolver para não atrofiar, Ratzel lançou mão do conceito de “espaço vital” que, mais tarde, daria base à Geopolítica de cunho expansionista alemã levada a cabo pelo imperialismo bismarkiano<sup>7</sup> (MORAES, 2004).

Após migrar para Rússia, Inglaterra e EUA, vai ser na França que a Geografia Moderna ganha nova roupagem ao propor uma leitura atenuada do determinismo alemão, uma “desradicalização” como propunha Andrade (1989), de onde emerge a corrente possibilista atuante sobre as considerações de interesse geográfico francês.

Nessa nova abordagem proposta, manifestadamente tributária de uma análise micro geográfica como aponta Andrade (1989), P. Vidal de La Blache (1845 – 1918) procurou mostrar que, de fato, o meio exercia influência sobre o homem e sua forma de organização social, mas avançou sobre o determinismo ao propor que o homem, ao estudar e sistematizar o conhecimento adquirido, teria a possibilidade de modificar o meio, o espaço geográfico, portanto.

Nesses termos, conforme aponta Bernardes,

O ponto central do possibilismo, pode-se dizer, é a diferença a ser feita entre fator e condição geográfica. Os elementos do meio natural, na verdade, não são ‘fatores’, não são eles que ‘produzem’ os resultados, independentes do momento histórico. São ‘condições’ que pesam ora mais ora menos poderosamente, pautando os resultados de outras forças, estas sim, originárias da ação humana (BERNARDES, 1982a, p. 397).

Em síntese, na abordagem possibilista é possível afirmar que a natureza é considerada fornecedora de *possibilidades* para que o homem a modifique, o que torna o homem o principal agente da ação e, portanto, o agente geográfico. Postos nesses termos, estavam postas as bases da escola francesa de Geografia sistematizada e fortemente vinculada aos gêneros de vida e aos estudos regionais (CLAVAL, 2014).

Com P. Vidal de La Blache à frente a Geografia Francesa vai superar a Geografia alemã e, já a volta com os anos 30 do século XX, assume a hegemonia mundial uma vez que a ideia de possibilismo, em superação ao determinismo, assume uma posição mais equilibrada na análise da relação homem/natureza (MAMIGONIAN, 2011).

O contexto mundial em flagrante transição entre o capitalismo concorrencial e sua fase imperialista, com aprofundamento da concentração de capitais requerentes de uma nova expansão territorial, forneceu as bases materiais para o desenvolvimento e prestígio da Geografia como ramo acadêmico e, portanto, legítimo

<sup>7</sup> Conforme identifica Moraes (2004), outro desdobramento da proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas, referentes à ação do Estado sobre o espaço geográfico.

enquanto saber científico (CORRÊA, 2007). Essas duas escolas do pensamento, a alemã determinista e a escola francesa possibilista, ambas empenhadas em legitimar projetos nacionais de desenvolvimento, configuram-se como bases paradigmáticas da Geografia científica, primeiramente na Europa e, mais tarde, no desenvolvimento desta em vários países do mundo como, notadamente, ocorrera no Brasil.

Ante o exposto, o presente ensaio objetiva analisar a institucionalização da Geografia Moderna no Brasil entre período 1930 – 1980, notadamente, espaço de tempo que compreende desde a gênese da Geografia enquanto ciência autônoma e a Geografia Crítica, a evolução do pensamento geográfico brasileiro e o papel das instituições sociais (científicas e acadêmicas) vis-à-vis o contexto histórico/social do início do século XX. Nessa proposta serão analisados tanto fatores externos como fatores internos, bem como, indicar o movimento dialético de desenvolvimento social e da Geografia enquanto área do saber humano influenciada pelo contexto histórico vivenciado.

De pronto, ressalta-se que nesse espaço não se admite a evolução do pensamento geográfico brasileiro, e da Geografia por consequência, de forma histórico/linear de passagem de uma fase a outra. Nesse sentido, assumimos que longe de uma vertente dominante, a Geografia brasileira foi estruturada a partir do convívio entre diferentes perspectivas teórico/epistemológicas.

Metodologicamente, o ensaio se inscreve nos domínios dos trabalhos de cunho teóricos/bibliográficos, partindo de uma revisão atenta da literatura de importantes pensadores, geógrafos e não geógrafos, que trataram do tema em épocas distintas. Assumindo que o trabalho se trata de uma construção social e, portanto, não isenta de preferências teórico/ideológicas, o ensaio reconhece limitações e ao largo de encerrar o debate sobre a evolução do pensamento geográfico brasileiro, consistindo apenas numa leitura que, se ressalta, não está completa.

Interessa-nos ainda dizer que a proposta surge como resultado de uma reflexão com base em aula intitulada - *O pensamento geográfico no Brasil: O papel das instituições na estruturação da geografia brasileira* -, ministrada em processo seletivo para cargo de professor substituto junto ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (DG – UFSC) realizado em julho de 2017.

Alerta-se que, muito embora as questões epistemológicas estejam presentes, já que constitui parte indissociável do debate, esta não configura o ponto central do ensaio sendo ela, a epistemologia da Geografia, questão periférica no que propomos a colaborar<sup>8</sup>.

Com estes fins, além da presente introdução que buscou lançar de forma sumária um primeiro contato acerca da gênese da Geografia Moderna, reconhecendo a Geografia alemã e a Geografia francesa como pilares centrais, o ensaio conta com outras quatro subsecções. As segunda e terceira partes tratam, respectivamente, dos antecedentes do pensamento geográfico no país e as condições estruturais

<sup>8</sup> A fim de maiores aprofundamentos acerca da Epistemologia da Geografia consultar o brilhante trabalho de Suertegaray (2005).

preparatórias para a formação de um ambiente propício ao surgimento da Geografia enquanto saber universitário. As quarta e quinta partes versam sobre as participações estrangeiras na fase de institucionalização da Geografia acadêmica no Brasil, bem como, das instituições e seus respectivos papéis no desenvolvimento da Geografia e sociedade brasileira. Por fim, as conclusões gerais serão encaminhadas na terceira e última parte do ensaio.

## **UM POUCO DE GEOGRAFIA... E HISTÓRIA: ANTECEDENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL**

Datar temporalmente a institucionalização da Geografia no país, e por consequência a evolução do pensamento geográfico brasileiro, não implica negligenciar o que fora produzido em período pré-institucionalização. A prática da observação geográfica dos fatos está vinculada ao desenvolvimento e evolução das sociedades enquanto construção que alia, sob égide de uma visão totalizante, a interação que o homem estabelece com o meio natural circundante.

Quando avaliado a partir de uma perspectiva dialética é correto afirmar que essa interação, entre homem e meio, resulta tanto num homem transformado quanto numa natureza transformada, uma segunda natureza como propunha Santos (2012). Esse movimento, portanto, desvela uma sociedade que evolui, em sua essência, em contínuo processo de organização espacial, quer dizer, evolução da totalidade social especializada.

No Brasil, tais preocupações em torno de saberes geográficos e a organização espacial são observadas em relatos que antecedem aos geógrafos de formação e que, mesmo intuitivamente, se acham presentes na construção da sociedade em suas diferentes fases históricas<sup>9</sup>.

Assim, destaca-se que é possível mapear o pensamento geográfico, ou seja, a preocupação com a espacialização dos fenômenos naturais e humanos, em antigos relatos de viagens, descrições literárias e em obras que, utilizando a sociedade como ponto de análise, versam sobre o homem e o espaço por ele habitado. Em grande maioria de realização e natureza utilitariamente regional, o fator geográfico nessas obras, por assim dizer, surge justamente nessa interação entre homem e meio, onde o espaço deixa de ser um espaço abstrato e se constitui em espaço geográfico *strictu sensu*.

Relatos de viajantes, a exemplo daqueles produzidos pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), se revelam notáveis instrumentos de análise geográfica à medida que descortinam a realidade

---

<sup>9</sup> Em brilhante trabalho intitulado *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930)*, Machado (2012) referenda-nos com importante trabalho acerca da evolução do pensamento geográfico e a realidade social brasileira à época. Machado faz um resgate, esquecido pelos geógrafos segundo a autora, sobre a utilização da Geografia numa sociedade em construção. Mostra-nos que a Geografia, assim como fora utilizada na unificação alemã, estava a serviço de um projeto nacional no Brasil. Para maiores detalhes consultar Machado (2012).

do homem e dos espaços regionais brasileiros do século XIX. Em seus relatos, vale dizer, sempre influenciados por um intento e perspectiva eurocêntrica de conhecimento e expansão das terras conhecidas, Saint-Hilaire vai desnudar as principais províncias do país em narrativas que versam com riquezas de detalhes sobre aspectos da fisiografia, economia e cultura da sociedade do Espírito Santo (1818), Santa Catarina (1820), Curitiba (1820), Rio de Janeiro (1830) e Minas Gerais (1833), entre outras importantes porções do espaço brasileiro à época.

De outra forma, obras literárias se mostram, a partir de uma leitura humanística da geografia, fontes inesgotáveis para apreensão dos modos de vida de determinada sociedade. Nesse tipo de exercício, torna-se possível identificar nos contos literários importantes aspectos geográficos como as características físicas, a ordem social vigente bem como as relações econômicas da sociedade por ela descrita, uma vez que os textos, ao se aterem a um lugar específico, rememoram não apenas as características ambientais, mas também as relações sociais que impulsionam a sociedade descrita.

Flagrantemente adepto do determinismo ambiental, Euclides da Cunha (1866 – 1909) referenciou em *Os sertões* (1902), obra que mantém como escopo a Guerra de Canudos levada a efeito no interior baiano, importantes questões que envolviam a realidade brasileira do século XIX. Ao dividir a obra em Terra (meio), o Homem (sociedade) e a Luta (conjuntura histórica e luta de classes), o autor lançou mão de uma perspectiva caracteristicamente geográfica à análise da sociedade de sua época.

Noutro contexto, *Casa grande e senzala* (1933), do Sociólogo Gilberto Freyre (1900 – 1987), desnuda as relações sociais, feudais e escravistas, resultante da singular e dual formação social brasileira desde sua gênese, bem como, do fator determinante do meio natural tropical necessários ao desenvolvimento das atividades econômicas que teriam impulsionado a colonização do novo mundo.

Importantes contribuições podem ser identificadas em intelectuais como Caio Prado Junior (1907 – 1990) e Delgado de Carvalho (1884 – 1980), nomes que perpassam as fases de uma pré-Geografia à Geografia já institucionalizada.

Caio Prado Junior, historiador formado em Ciências Jurídicas em SP, participou ativamente da cena política pré e pós Revolução de 1930. Entre suas contribuições destacam-se, durante o período, obras como *A construção política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1943) e seu célebre *História econômica do Brasil* (1945). Em todas as obras o caráter geográfico aparece flagrantemente em suas análises sempre aliado ao materialismo dialético marxista como método.

Delgado de Carvalho, nascido na França de pais brasileiros, é considerado um dos principais precursores da Geografia científica no país. Erudito em Geografia, História e Sociologia, em 1913 lança sua obra intitulada *Geografia do Brasil*, marco no desenvolvimento da Geografia brasileira. No entanto, como afirma Bernardes (1982b), nossa sociedade ainda não estava pronta para o pensamento científico de

Delgado de Carvalho. Grande contribuinte da evolução do pensamento geográfico no Brasil, suas obras Geografia do Brasil e Metodologia do ensino geográfico marcam, no ensino de Geografia, o início do movimento da Escola Nova na Geografia Brasileira (ZARUR, 1941).

Cabe ainda ressaltar as importantes contribuições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), agremiação fundada em 1838 que, durante o império e sob imediata proteção de Dom Pedro II (MELO, 2014), era responsável pela promoção de estudos sobre temas como a história, geografia, etnografia e economia brasileira. No início do século XX e já sob tutela da Primeira República foi, ao lado do Colégio Dom Pedro II, importante difusor de novas práticas na educação brasileira, incumbindo-se da prática da pesquisa e difusão do conhecimento científico no país. Outra respeitável menção deve ser feita a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro fundada em 1883 que, marcadamente inspirada na Sociedade Geográfica de Paris, nasceu com o intuito de se aprofundar nos temas mais diretamente relacionados a geografia do Brasil, manteve permanente esforço de contato com diferentes instituições geográficas, bem como a troca de informações e promoção de visitas de renomados geógrafos, entre as quais destaca-se a visita Elisée Reclus em 1893 (EVANGELISTA, 2002).

Em linhas gerais, evidencia-se que o pensamento geográfico, ou a preocupação com as relações entre sociedade e o meio, muito embora não organizados a partir de métodos e análises pertencentes ao arcabouço próprio da Geografia, antecedem a institucionalização desta enquanto cátedra no Brasil.

Ante o exposto cabe a pergunta: Quais razões levaram a institucionalização da Geografia no Brasil? Ou melhor, porque a Geografia, enquanto disciplina universitária e organizadora de entidades profissionais especializadas, não logrou tal reconhecimento em períodos pretéritos?

## **AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PREPARATÓRIAS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL: GEOGRAFIA E A CONJUNTURA NACIONAL**

Não é por acaso que a Geografia brasileira, mais precisamente sua institucionalização, vai ser realizada sob determinadas condições concretas só amadurecidas na década de 1930. Com efeito, essas condições concretas dizem tanto respeito a características internas do país, própria de sua formação socioespacial, quanto externas, presentes na conformação do jogo de forças do modo de produção dominante. Tentaremos, portanto, um esforço em alinhar a institucionalização da Geografia à conjuntura nacional e a internacional, leitura sem a qual a evolução do pensamento geográfico aparecerá como uma empobrecida linha do tempo onde estarão contidas datas e nomes de referência.

Feita a ressalva, convém lembrar que I. Rangel (2005) já nos havia chamado a atenção para o fato de que não se pode tentar analisar o Brasil, sua estruturação social, política e econômica, sem que se recorra

obrigatoriamente a conjuntura internacional com a qual nos encontramos geneticamente atrelados, vale lembrar, como país que gravita perifericamente o centro dinâmico da economia mundial. Uma vez que nessa condição, a de periferia, somos afetados pelas perturbações que emanam do centro nervoso do modo de produção, sempre observando certo lapso de tempo é verdade, e a ele buscamos responder ativamente.

Assumindo os termos rangelianos como ferramental analítico, têm-se que a década de 1930 representa para Brasil um profundo amadurecimento nacional capaz de operar, somente com a passagem à terceira dualidade descrita por Rangel (2005), composição de classes encabeçada pelo latifúndio (sócio maior) e industriais (sócio menor)<sup>10</sup>, mudanças estruturais no plano político/econômico do país. Cabe lembrar que é justamente com a Revolução de 1930, evento histórico que dá contornos a novel formação do Estado-Nação encabeçado por Getúlio Vargas, que o país assume a industrialização como projeto de desenvolvimento nacional.

Com efeito, essa mudança nos rumos da economia brasileira só poderia ser realizada com um notável esforço de ordem política que, não de outra forma, foi capaz de apelar do poder uma ordem feudal, geneticamente incorporada ao Estado, a quem interessava a fragmentação geográfica do território nacional em suas diversas formações regionais. Em linhas gerais, a quebra dessa fragmentação regional, redutos do paternalismo que é próprio das formações sociais lastreadas por relações feudais, fazia-se necessária para o novo estado de coisas que se apresentará ao país, movimento que significou o início do desmonte da estrutura de poder da Primeira República (1889 - 1930).

Essa meia revolução, como a definiu Gramsci (2002), foi a responsável por exigir mais que a mera troca dos representantes no poder, ela reclamou uma reconfiguração nacional em várias escalas. Primeiramente convém destacar a descentralização geográfica no tocante a representação no poder, uma vez que a Revolução rompeu com a política Café com Leite que vinha garantindo hegemonia política aos senhores feudais do Sudeste do país, notadamente, paulistas e mineiros.

No plano interno essa nova política de desenvolvimento econômico, agora buscando a promoção autárquica via deliberado esforço de industrialização, só poderia se realizar se desenvolvesse meios que lhe garantisse certa reserva de mercado, uma vez que em sua fase infante, nossos produtos industriais encontrariam limitantes concorrenciais com os quais não poderiam confrontar nos mercados internacionais. Em agravante ao quadro interessa ressaltar que, buscar o desenvolvimento industrial incorreria entrar em choque com os intentos ingleses, país com o qual estávamos coligados desde a abertura dos portos (1822) e a quem interessava manter-nos como fornecedor de matéria-prima e, sobretudo, mercado para escoamento de seus produtos industriais.

---

<sup>10</sup> Para um melhor aprofundamento sobre a dualidade básica da economia brasileira, tese central de Ignácio Rangel, ver em RANGEL (2005, p. 285-354).

No fundamental, a sobrevivência do projeto nacional ancorado na modernização da economia brasileira necessitava, obrigatoriamente, lutar por um mercado interno só capaz de ser realizado via unificação dos espaços nacional.

Não de outra forma, a necessidade de desligamento que se impunha ante o capital inglês vai ser o motor que direcionará o alinhamento do Brasil junto ao capitalismo financeiro norte-americano, notadamente, mais avançado e ponta de lança do capitalismo mundial e que, nessas condições, tornava-se novo condicionante (sócio maior do polo externo da dualidade) da formação social brasileira aberta com a Revolução de 1930 (RANGEL, 2005).

Nessa nova realidade, a unificação e profundo conhecimento do território nacional, suas potencialidades naturais e humanas por assim dizer, tornavam-se condição *sine qua non* para o novo projeto nacional ancorado no desenvolvimento do edifício industrial brasileiro. Eis as condições concretas que possibilitariam a institucionalização da Geografia como ramo do saber autárquico, onde tanto a unificação do chamado espaço nacional quanto do povo enquanto sociedade, costuravam as teias de um novo Estado-Nação capaz de gerir seu desenvolvimento pela via endógena. Nesses termos, o discurso geográfico visando consolidar a ideia de identidade nacional por via do espaço foi estrategicamente utilizado na promoção de um sentimento de pátria.

Nota-se, portanto, que existe certa similitude entre a implantação da Geografia nos casos alemão e brasileiro. Ora, não por acaso ser exatamente em períodos depressivos da economia mundial que a Geografia parece ganhar força nos contextos nacionais, uma vez que é justamente em período de crises, interessa lembrar, Alemanha na fase b do 2º Kondratieff (1873 – 1896) e Brasil na fase b do 3º Kondratieff (1920 – 1948), que os países tendem a se voltar sobre si buscando certos resguardos, tanto econômicos quanto culturais<sup>11</sup>.

Em ambos os casos se fazia necessário um esforço de unificação territorial que, primeiro como amalgama de coesão social (formação de um povo), depois como reserva de mercado a infante indústria, consistiu em fator estratégico no processo de afirmação do Estado-Nação, necessidades que garantiriam centralidade ao discurso geográfico (MORAES, 1991).

Com essa tarefa a executar, não por acaso a década de 1930 ser considerada um marco temporal da gênese da Geografia científica no Brasil com a institucionalização dos primeiros cursos superiores implantados, respectivamente, na Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e na então Universidade do

---

<sup>11</sup> Nicolai Kondratieff, economista russo, indicou na década de 1920, a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e aos Estados Unidos, que a economia capitalista industrial se caracterizava por conter e se condicionar a ciclos longos de 50 anos de duração aproximada. Sua dinâmica sugere fases de ascensão de aproximados 25 anos (fase A), onde são postas em prática as inovações tecnológicas e, fases depressivas de aproximados 25 anos (fase B), onde a extensão das inovações tecnológicas a toda a economia reduzem a taxa de lucro desestimulando investimentos, redução do produto e consequentemente lançando a economia em períodos de crise.

Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, em 1935. De outra forma, além da criação de cursos próprios de Geografia buscando a formação profissional de quadros nacionais, a disciplina foi incorporada nalguns currículos de cursos superiores, a exemplo de Administração e Finanças, mais tarde desdobrado em Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis (ANDRADE, 1989).

É interessante notar que, enquanto o determinismo geográfico alemão parece ter se difundido mais no ideário das análises pré-institucionalização, o possibilismo francês ganhou relevância, graças aos professores franceses partícipes do processo de implantação dos cursos superiores no país, no período pós-1930.

## A CONTRIBUIÇÃO FORÂNEA E A GEOGRAFIA CIENTÍFICA NO BRASIL

No ato de institucionalização da Geografia científica brasileira, notabilizaram-se como importantes nomes figuras como os franceses Pierre Deffontaines (1894 – 1978), Pierre Monbeig (1908 – 1987), Francis Ruellan (1894 – 1975) e o alemão Leo Waibel (1888 – 1951).

Como formadores e mestres dos primeiros quadros de geógrafos brasileiros, foram responsáveis pela orientação metodológica dos estudos geográficos no país, bem como, partícipes e fundadores das instituições, acadêmicas e profissionais, de maior envergadura da área.

P. Deffontaines é o nome mais notável e o principal contribuinte na gênese da Geografia Moderna no Brasil, foi o primeiro estrangeiro a chegar ainda no ano de 1934. Com participação direta e ativa na fundação dos cursos de Geografia em São Paulo (1934) e Rio de Janeiro (1935), foi responsável pela fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) aos moldes da *Association des Géographes Français*. Ainda participou com marcante influência na criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e da revista Brasileira de Geografia – RBG (1939). Foi discípulo direto de Jean Brunhes que, ao lado de La Blache, fundou a chamada “escola francesa de Geografia”.

P. Monbeig chega em São Paulo em 1935, onde lecionou na USP a cátedra de Geografia Humana. Foi o responsável por instituir, na USP, um espírito de equipe entre seus discípulos, molde para o que chamaram de “escola paulista de Geografia” (BERNARDES, 1982b, p. 522). Foi presidente da AGB e responsável pela mudança que a instituição sofreu em 1945, tornando-a mais ligada a secção do Rio de Janeiro.

Como discípulo direto da Geografia Regional Francesa, P. Monbeig introduziu pioneiramente, ao lado do “gênero de vida” lablachiano, o conceito de “modo de pensar”, algo não muito aceito na época por se tratar de uma nítida ligação com a psicologia. Foi discípulo de Albert Damageon (1887 – 1940), acreditando que o homem era elemento fundamental na composição da paisagem, não meramente uma característica

determinada pelo meio. Instigava seus discípulos a iniciarem seus estudos a partir da realidade local, onde o “gênero de vida” ganhava contornos especiais nas análises, provocando teses inovadoras à época.

F. Ruellan desembarca no Brasil em 1940, no Rio de Janeiro, onde lecionou na Universidade do Distrito Federal (UDF), atual UFRJ, até 1956. Afeito a Geomorfologia e, por isso, entusiasta dos trabalhos de campo, teve fundamental importância na formação de inúmeros pesquisadores no país.

Leo Waibel, alemão radicado no EUA, foi contratado como auxiliar técnico do Conselho Nacional de Geografia e, ao contrário de seus pares franceses, não esteve ligado a universidades, o que resultou em poucos discípulos diretos. Pendia ao estudo da Biogeografia, com a qual aliou a Geografia Econômica e do Povoamento aos seus estudos com ênfase a colonização europeia no Sul do país e sua organização agrária, sendo considerado um dos fundadores da Geografia Agrária no país.

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA MODERNA NO BRASIL: O CONSTRUCTO INSTITUCIONAL**

Com as condições sociais dadas, num curto espaço de anos, notadamente entre 1934 – 1939, a Geografia brasileira foi capaz de realizar a construção de um aparato institucional de vulto, passando da sistematização de cursos superiores nas principais universidades do país à edificação de importantes órgãos técnico-administrativos, nalguns casos, fortemente ligados ao Estado.

Merecem destaque, além dos cursos universitários criados nas faculdades de São Paulo (1934) e Rio de Janeiro (1935), a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), mais tarde incorporado ao nascituro Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não é exagero afirmar que, conforme assinalou o geógrafo norte americano Preston James, essas instituições foram as responsáveis por tornar o Brasil um país “geograficamente consciente” (VALVERDE, 1984), uma que foram elas as responsáveis por colocar a Geografia brasileira em evidência no cenário mundial.

Nesses termos, a institucionalização da Geografia brasileira dá-se, de ponta-a-pé inicial, pela instalação dos cursos superiores nas faculdades de São Paulo (USP), em 1934, e do Distrito Federal (RJ), em 1935 e que, em conjunto, configuram a gênese da Geografia moderna no Brasil.

Com marcante contribuição de P. Deffontaines, fundador dos dois cursos superiores no país, e pouco depois com P. Monbeig e F. Ruellan entre outros, coube as universidades formar o quadro de professores da disciplina, tanto no nível universitário quanto do ensino básico do país. Destacaram-se como importantes orientadores dos trabalhos de conclusão de cursos figuras como Aroldo de Azevedo na USP e a Hilgard Sternberg no Rio de Janeiro.

Por seu turno, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), criada em 1934 em São Paulo e marcadamente ligada aos quadros da USP, sobretudo a P. Deffontaines e Caio Prado Júnior, constituiu-se como ponto de encontro entre os geógrafos modernos brasileiros. Como espaço de formação de pesquisadores, tornou-se ponto de convergência entre a vanguarda dos estudos geográficos no país, daí ter como resultado os acalorados debates entre as diferentes perspectivas metodológicas.

Tornou-se uma instituição nacional, no entanto, apenas em 1944 quando houve de fato uma cooperação com a secção carioca, criada em 1936, a partir da Assembleia Geral realizada em Lorena (ANDRADE, 2004). Como posto, seu ponto alto dava-se nos encontros que, mais tarde tomados nacionais, deixavam como resultado dos inúmeros trabalhos de campo realizados durante os eventos importantes estudos geográficos das cidades que serviam de sede, muitos deles únicos ainda nos dias atuais.

Nascida como um clube fechado direcionado a geógrafos, foi gradativamente tornando-se uma instituição mais democrática a medida que a Geografia avançava no país, passando a permitir a adesão de profissionais de outras áreas que, de alguma forma, desenvolviam atividades ligadas aos estudos geográficos tais como pesquisadores, planejadores e professores do ensino médio (ANDRADE, 2004).

É interessante notar que como instituição que faz parte de dada realidade social, a AGB sofreu nítida influência durante o período militar que, assim como outras importantes instituições geográficas do país, passou a ser reduto dos geógrafos quantitativistas. Nessa perspectiva, a capacidade analítica do geógrafo e as saídas de campo, cara à ciência geográfica, passaram a ser suprimidas pelo uso da estatística aplicada aos trabalhos geográficos.

Com o abrandamento do regime ditatorial e luta pela democratização do país, em finais da década de 1970 a Geografia brasileira engaja-se na causa social e passa a reclamar uma maior participação das outras linhas filosóficas a frente da AGB. Este fato culminaria no que a comunidade geográfica brasileira chamaria da clássica “tomada da AGB” em 1978. Fundamentalmente um evento político, realizado no encontro da Associação em Fortaleza, culminaria com a ascensão da Geografia Crítica brasileira e no despojo dos quantitativistas da direção da associação tornando-a, segundo Andrade (2004), numa instituição mais plural e adequada a realidade nacional com importantes problemas sociais a resolver.

Além das características apontadas, convém ressaltar o primordial papel da AGB no espraiamento e divulgação da Geografia no país. Partindo de núcleos regionais geneticamente articulados em São Paulo e Rio de Janeiro, a instituição foi capaz de difundir o pensamento geográfico por diversos pontos do território nacional mediante a instalação de seções locais, entre as quais destacam-se historicamente os núcleos de Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre.

Noutra frente, nascido a partir da junção do Conselho Nacional de Estatística (CNE), de 1936, e do Conselho Nacional de Geografia (CNG) de 1937, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é

um órgão de inestimável significância para o desenvolvimento da Geografia brasileira. Criado oficialmente em 1938 como autarquia subordinada diretamente a presidência da república, quando em 1967 adquire então o status de Fundação, foi criado de forma a municiar o projeto nacional de desenvolvimento mediante a coleta de dados confiáveis acerca das potencialidades nacionais.

Necessitando transformar recursos em riquezas, não é exagero dizer que o IBGE, sediado no então Distrito Federal, nasce de um processo político que visava centralidade e racionalização do projeto nacional unificador em prol da urbanização e, principalmente, da industrialização do país (EVANGELISTA, 2005).

Com marcante participação de quadros de engenheiros, sobretudo, cartógrafos, o IBGE fora encarregado da reedição da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, apoio ao recenseamento geral projetado para o ano de 1940, mapeamento e divisão regional do país, bem como, desenvolver, aperfeiçoar e ordenar a coleta de dados estatísticos do país (VALVERDE, 1984).

Como instituição e apoio ao desenvolvimento geográfico brasileiro, convém destacar que o IBGE foi um dos maiores responsáveis pela formação de pesquisadores e quadros profissionais ligados ao avanço da Geodésia e Cartografia no Brasil, ferramentas de incomensurável valor aos estudos geográficos. De outra forma, além de sua gênese, com o então CNG, foi responsável pela realização, no Rio de Janeiro, do XVIII Congresso Internacional de Geografia no ano de 1956, primeira reunião da União Geográfica Internacional (UGI) realizada no hemisfério Sul do planeta, o que viria a coroar a construção de uma comunidade geográfica de relevância no âmbito mundial.

Convém destacar ainda que, ao lado da USP, o IBGE foi responsável por enviar inúmeros pesquisadores ao exterior com vistas à aperfeiçoamento profissional de seus quadros, bem como, desenvolveu papel de centro de pós-graduação a inúmeros pesquisadores. Com vistas a estes fins, conforme aponta Lima (2003, *on-line*),

A essas ações, seguiu-se a de procurar o aperfeiçoamento desses quadros, mandando para diferentes universidades dos Estados Unidos e da Europa, inicialmente, os geógrafos que iniciaram suas atividades no IBGE.

Foram logo selecionadas as universidades de Wisconsin, Chicago e Syracuse, nos Estados Unidos da América do Norte, para onde se seguiram o próprio Fábio Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Speridião Faissol, Ney Strauch, Lúcio de Castro, Lindalvo Bezerra dos Santos e outros orientados pelos professores Vernon Finch e Glenn Trewrtho da Unidade de Wisconsin; Clarence Jones da North Western; Preston James de Syracuse.

Na França, no "Institut de Géographie de Faculte de Lettres" da Sorbonne, e Strasbourg, Lyon, Grenoble e Montpellier, tiveram orientação dos professores De Martonne, André Cholley, Jean Tricart, Jean Dresh, Raoul Blanchard, respectivamente, eu mesmo, Hédio X. L. César, Pedro P. Geiger, Elza Keller, Eloisa de Carvalho, Alfred Domingues, Marília Galvão. Em seguida, Antônio Guerra, Carlos Augusto F. Monteiro, e muitos outros técnicos do IBGE foram beneficiados com essa importante formação.

Ainda dentro dos quadros do IBGE destacaram os professores Dora do Amarante Romariz, Lysia Maria Bernardes, Nilo Bernardes entre outros.

Esse contato com importantes instituições e geógrafos internacionais frutificaram em diferentes estudos e linhas de pesquisa no Brasil, dos quais destacam-se atuações e trabalhos nas áreas do planejamento territorial, sob orientação de Michael Rochefort; de Geografia Urbana e dos Serviços, sob orientação de W. Christaller (1893 – 1969) e A. Lösch (1906 – 1945) e Geomorfologia sob orientação de J. Tricart (1920 – 2003).

Nesse período nasceram grandes compêndios de Geografia no Brasil a exemplos de “A Grande São Paulo” pela Cia Ed. Nacional, e “Grande Rio de Janeiro” em colaboração com a AGB-CNG; A primeira edição da “Geografia do Brasil”, em 5 volumes, e da Carta do Brasil ao milionésimo, 3ª edição, bem como a Enciclopédia dos municípios brasileiros”, lançado pelo IBGE.

Mais diretamente ligado a atuação estatal, coube ao IBGE fornecer bases materiais que serviram para os estudos base de planejamento regional do país, dados que culminaram subsidiando a criação de importantes projetos de desenvolvimento econômico regional a exemplos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) fundada em 1959, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia" (SPVEA), criada em 1953 e substituída pela atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), fundada em 1966, ambas atualmente vinculadas ao Ministério da Integração Nacional.

Convém destacar ainda que, sob liderança de L. Weibel e F. Ruellan, dois prestigiados geógrafos ligados à Geografia brasileira e ao IBGE, foram realizados importantes levantamentos de campo sobre o planalto central que, mais tarde, serviriam de base para instalação da nova capital federal, Brasília (VALVERDE, 1984, ANDRADE, 1989).

Com a aproximação do Brasil aos EUA, sobretudo, no período pós-golpe militar de 1964, o IBGE foi fortemente influenciado pela onda quantitativista anglo-saxã que permeou certas instituições da Geografia brasileira, a exemplo da UNESP-Rio Claro e a já citada AGB. No entanto, é interessante pontuar que, ao contrário das outras instituições onde o quantitativismo fez escola, o IBGE difere por se tratar de um órgão estatal e, como tal, deveria estar alinhado a política nacional.

A criação do Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM) em 1969 sob coordenação de Speridião Faissol figura como ponto de largada da influência quantitativista no IBGE. Nesse interim, não causa surpresa dizer que os estudos vinculados a Geografia Urbana, Geografia Regional e Geografia Econômica foram os mais afetados pela instrumentalização estatística da Nova Geografia.

No fundamental, a adoção do método da Nova Geografia consistiu, conforme Lamego (2014), numa nova oportunidade do IBGE e seus geógrafos retomarem o lugar de prestígio junto ao planejamento estatal do qual teriam desfrutado em sua gênese durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Nessa nova perspectiva, marcadamente influenciada pelo geógrafo inglês John P. Cole, cabia a geografia pôr em andamento técnicas

e métodos pautados pelos dados estatísticos, onde os modelos matemáticos seriam capazes de substituir a subjetividade da análise geográfica conferindo à Geografia uma objetividade capaz de ser instrumentalizada por meio da ação direcionadora do Estado Nacional.

Notavelmente, esse apartamento da subjetividade das análises muito veio a calhar com o momento político e econômico do país, pois, em boa medida objetivava a escamoteação e, por consequência, evitar críticas acerca dos problemas sociais pelos quais o Brasil atravessava, tais como o êxodo rural, o inchaço das cidades, a alta concentração de renda no período militar, etc.

Ainda sobre o período militar e a Geografia convém destacar que, no campo do ensino, talvez pela gênese histórica de préstimo a esfera estatal, ao contrário de História e Sociologia que foram consideradas subversivas e boicotadas nos currículos escolares, o ensino de Geografia é resguardado mas perde espaço para cadeiras obrigatórias que findavam em remodelar o pensamento social com vista ao estreitamento ao projeto nacional encabeçado pelos militares, a exemplo das cadeiras de Organização Social e Política do Brasil (OSBP) e Educação Moral e Cívica (EMC).

Com a tomada da AGB datada de 1978, marco simbólico da Geografia Crítica brasileira, abre-se novas perspectivas para o avanço da Geografia brasileira. Muito embora já atuante no cenário geográfico pré-tomada, a Geografia Crítica, vale dizer, fortemente vinculada ao pensamento combativo, ganha novos contornos por servir como ferramenta em duas frentes distintas, mas que, em essência, estão conectadas.

A primeira delas é trazer à tona as disparidades sociais existentes e varridas, com a matematização da Geografia Quantitativa, para baixo do tapete, por assim dizer, durante o governo militar. A análise dos números frios por meio de técnicas exógenas, tanto à Geografia quanto da realidade brasileira, uma vez que tratava de métodos de análise trazidos de países desenvolvidos, serviu para encobrir a realidade social em flagrante descompasso. Nos dizeres de Valverde (1984), liberava-se a Geografia da “camisa de força” a qual tinha sido amarrada por efeito da Geografia Teorética, permitindo ao geógrafo questionamentos acerca da problemática social.

Abrindo um parêntese, torna-se importante ressaltar que, muito embora não haver um corpo teórico/epistemológico uno, a assim chamada Geografia Crítica caracteriza-se pela ação crítica, ou por uma ação movida pela criticidade, feita à realidade social então presente no país. No fundamental, o traço comum dá-se, sobretudo, pela clara referência ao marxismo que, como aponta Pedrosa (2015), marca o período denso de sua consolidação, sobretudo, no intervalo de anos entre 1976 e 1983.

Nesses termos, com íntimas aproximações como o chamado socialismo científico, os adeptos dessa Geografia Dialética buscaram trazer às análises geográficas as contribuições de Lenin, Marx, Gramsci, Althusser e Engels. Internacionalmente encontra-se paralelos em estudos com esses vieses em renomadas

revistas de divulgação geográfica, tais como a francesa Herodote e a norte-americana Antipode (VALVERDE, 1984).

Em segundo lugar, coube a crítica a abertura econômica e política não apenas no Brasil, mas de toda a América Latina aos ataques neoliberais. Nesse contexto de ânsia pela democratização, os representantes do neoliberalismo trataram de pulverizar a ideia de que a democratização do mercado, via abertura comercial, era peça chave para a modernização do Brasil. Com nítida postura nacionalista, a Geografia Crítica buscou esboçar à sociedade brasileira os efeitos adversos da perversidade trazida no bojo Globalização enquanto fábula (SANTOS, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando dar contornos finais ao ensaio, convém destacar alguns pontos fundamentais da discussão. O primeiro e principal deles, conforme nos lembra Mamigonian (1999), é que o desenvolvimento da Geografia não pode ser apartado do resto da sociedade, uma vez que em perspectiva dialética, tendem elas serem condicionantes e condicionadas uma pela outra.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a institucionalização da Geografia no Brasil foi concebida sob condições concretas dadas, condições sociais, econômicas e políticas que preparam o ambiente nacional tornando-o favorável ao erigir da Geografia enquanto ferramenta capaz de subsidiar o projeto de desenvolvimento da nação sob liderança de Getúlio Vargas.

Sob tais condições, a Geografia brasileira foi capaz de edificar um respeitado aparato institucional, vale dizer, com importante contribuição de renomados geógrafos estrangeiros a exemplo dos franceses P. Deffontaines, P. Monbeig, F. Ruellan e do alemão Leo Waibel, que alçaram o país a reconhecimento internacional no campo da ciência geográfica, marco histórico concebido frente a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional (UGI).

A que se ressaltar que a Geografia universitária, com suas cátedras instaladas nas recém-criadas USP (1934) e Universidade do Distrito Federal (1935), se deu concomitantemente ao surgimento de uma tradição universitária no país, marco balizador de um projeto cultural que buscava afirmação nacional no campo intelectual por meio da criação de seus próprios intelectuais.

Ligada diretamente aos cursos universitários, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), não por acaso nos moldes da sua congênera francesa, nasce com a finalidade de fomentar o desenvolvimento da Geografia no país mediante a instauração de um ambiente propício ao debate intelectual que, realizado sob a ingerência das assembleias gerais, foi berço das mais acaloradas discussões de cunho intelectual e político da Geografia brasileira.

Por seu turno, a criação de órgãos técnicos/profissionais a exemplo do Conselho Nacional de Geografia (CNG) que, em união ao Conselho Nacional de Estatística (CNE), dá base ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1937, foi de suma importância ao avanço e reconhecimento da Geografia no país, uma vez que coube a essa instituição reunir e divulgar, no campo técnico/profissional, informações e estatística das possibilidades nacionais em termos de recursos humanos e naturais.

Num plano mais geral, importa-nos destacar que a Geografia, instituição social que influencia e é influenciada pelo nível de desenvolvimento da sociedade (desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção), foi recorrentemente chamada a cumprir certas tarefas ao longo do seu amadurecimento. Se no ambiente de afirmação nacional da década de 1930 coube a ela dar sentido a sociedade por intermédio da união territorial do país, durante o governo militar, sob a tutela do quantitativismo teórico anglo-saxão, a Geografia foi importante ferramenta na promoção e divulgação do desenvolvimento nacional dissimulando as controvérsias sociais então existentes.

Por fim, já sob efeito de uma efervescência social pautada pela democratização do país, ganha força uma Geografia combativa e crítica, sobretudo, trazendo à tona aquelas mazelas sociais negligenciadas pela redução à forma matemática insinuada pela Geografia Teórica, vale lembrar, onde a análise empírica da realidade passa a ser substituída pelos padrões matemático/estatísticos forjados por meio de programas de computador.

Nesse sentido, coube a Geografia Crítica, num primeiro momento, questionar a ordem social herdada da centralização econômica e política da ditadura militar e, num segundo, combater o avanço ideológico do Neoliberalismo sobre território brasileiro.

No fundamental, deve a Geografia, bem como as ciências sociais num geral, busca trazer respostas as crises e questionamentos que a sociedade atravessa, buscando novos significados e potenciais ante o novo estado de coisas que se abre ao país frente sua condição ao mundo, a de uma formação social singular e concreta localizada geográfica e politicamente à periferia mundial.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 68, p.125-146, 1989.

\_\_\_\_\_. A construção da Geografia brasileira. **Finisterra**, Lisboa, v. 34, n. 67-68, p. 21-30, 1999.

\_\_\_\_\_. **Uma geografia para o século XXI**. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 391-413, 1982a.

\_\_\_\_\_. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.44, n. 3, p. 519-228, 1982b.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 21, n. 1, p. 146-164, Jun. 2019, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. Armen Mamigonian e a trajetória de um geógrafo crítico: Apontamentos sobre a história do pensamento geográfico brasileiro. In: SILVA, Maria Auxiliadora da (Org.). **Encontro de gerações**: contribuição à geografia brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. p. 83-92.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2014.

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. A Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. **Revista Geo-paisagem**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/socgeorio.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Onde está a geografia na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística? **Geo-paisagem**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, jul. 2005. Semestral.

GRAMSCI, Antônio. **O Risorgimento**: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

LAMEGO, Mariana. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: Construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis**: Nova série, São Paulo, n. 3, p.01-32, mar. 2014.

LÊNIN, Vladimir. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

LIMA, Miguel Alves de. Os anos dourados da Geografia Brasileira: antecedentes, realizações e conseqüências dos anos 50 e 60. **Geo-paisagem**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul. 2003. Semestral. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/geografia.htm>>. Acesso em: 12 set. 2017.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 309-352.

MAMIGONIAN, Armen. Tendências atuais da Geografia. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 171 – 178, 1999.

\_\_\_\_\_. A Geografia francesa nos meados do século XX e a contribuição de Jean Tricart. In: SILVA, Maria Auxiliadora da (Org.). **Encontro de gerações**: Seminário Nacional: Contribuição à Geografia Brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 17-34.

MELO, Thais de. O INSTITUO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO NOS DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO E ENSINO SECUNDÁRIO (1920-1930). In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2014, Paraná. **Anais...** . Paraná: 2014. p. 266 - 281.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.166-176, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pequena história crítica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade, 2004. 100 p.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil: parte 1. **Geosul**, Florianópolis, v. 59, n. 30, p.07-27, jun. 2015. Semestral.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. 4. ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2009.

RANGEL, Ignácio. Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 742 p. 2 v. Organização César Benjamin.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

VALVERDE, Orlando. Evolução da geografia brasileira no pós-Guerra: Carta aberta de Orlando e Orlando. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 60, p.5-20, 1984.

ZARUR, Jorge. A Geografia no curso secundário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 3-45, 1941.

